

64 MAI 1992

4 JORNAL DA TARDE

Copy - 100% off

# jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO  
Av. Engº Caetano Álvares, 55 - 856-2122 (PABX) - CEP 02598  
São Paulo - SP - Caixa Postal 8005 - CEP 01051 SP - E. Telegráfico ESTADO  
Telex 011.23511 - Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

## Diretor Responsável

RYU MESQUITA

## Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

## Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

## Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

## Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

## Editor Chefe

Celso Kinjo

## Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

## Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

## Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

# Pressão sobre o Congresso

Naturalmente muito sensíveis a qualquer onda ou maré que se faça na política e na economia, as Bolsas de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro e os mercados de ouro e dólar no Brasil estiveram particularmente agitados na terça e na quinta-feira da semana passada. Refletindo as críticas de alguns governadores à política econômica conduzida pelo ministro Marcílio Marques Moreira e os naturais boatos que acompanham essas manifestações, o mercado reagiu como se essa política estivesse totalmente derrotada e a economia brasileira fosse mergulhar novamente em uma situação desesperadora, como as imediatamente anteriores aos Planos Collor 1 e 2 e como a que o próprio Marcílio enfrentou entre setembro e outubro do ano passado.

Não há, no entanto, razões objetivas para esses espasmos de pessimismo, que, infelizmente, chegaram a contaminar uma parte do empresariado até aqui francamente otimista. Como mostramos em nosso editorial **E o milagre aconteceu**, de sexta-feira, o ambiente macroeconômico não está de todo ruim, há sinais alentadores de todos os lados, como a inflação medida pelo IGP-M caindo abaixo dos 20% e o bom andamento das negociações com os credores privados externos.

Só há um grande motivo para inquietação: as dificuldades que o governo está enfrentando para manter equilibradas as suas contas, consequência da diminuição da receita tributária, que no primeiro trimestre deste ano foi 14,5% menor do que no mesmo período de 1991. Parte dessa perda de arrecadação é consequência natural da diminuição da atividade econômica e parte é culpa de trapalhadas da primeira equipe ministerial do presidente Collor, como a que permitiu a contestação judicial do primeiro Finsocial e os procedimentos administrativos que quase destruíram a Receita Federal. Para não fechar todo mês no vermelho e ser obrigado a vender títulos ou emitir moeda para cobrir os rombos, o que levaria, quase imediatamente, à explosão da inflação, o Ministério da Economia está atrasando pagamentos de empreiteiras e fornecedores e cortando verbas dos ministérios, a tal ponto que embaixadas brasileiras no Exterior estão sendo forçadas a adotar um meio-expediente para seus funcionários a fim de economizar na conta de luz.

Essa situação, contudo, pode ser revertida. Os assessores do ministro Marcílio acreditam que a arrecadação voltará a crescer a partir de maio e mais intensamente no segundo semestre. Eles apontam três razões para manter essa confiança: primeiro, o pagamento do novo Finsocial, a partir deste mês, que eles confiam não será considerado ilegal pela Justiça como o anterior; uma ligeira melhora na atividade econômica propiciada pela queda, ainda que lenta, da inflação e pela comercialização da safra agrícola; e, terceiro, pelo pagamento antecipado do Imposto de Renda de 1992 das pessoas jurídicas, conforme determina o pacote tributário de emergência aprovado pelo Congresso no final do ano passado. Isso daria para livrar o governo do sufoco em 1992.

Mas, para a reativação da atividade econômica de forma sustentada, em 1993, vai ficar faltando a solução definitiva do problema do déficit público e da escassez de recursos, para investimentos de médio e longo prazos. O que só se conseguirá com a reforma fiscal que o presidente Collor vem tentando realizar desde que tomou posse, com o corte de despesas do governo, com a redução do tamanho do aparelho estatal e com a simplificação do sistema tributário brasileiro, para torná-lo mais eficiente, mais justo e menos pesado para a sociedade. E é o Congresso que tem que aprovar essa reforma.

Está na hora de a sociedade brasileira começar a pressionar sem tréguas seus representantes para que eles tenham responsabilidade e resolvam o quanto antes essa questão em vez de ficar cuidando apenas de eleições e de questiúnculas políticas. Exemplo: a decisão do Senado, na quinta-feira, de impor correções bimestrais para o salário mínimo, em lugar das quadrimestrais como o governo queria e a Câmara havia aprovado, foi uma ação tipicamente eleitoreira. Só não há perigo de abrir-se um rombo nas contas públicas por causa disso porque o presidente Collor, cumprindo seu dever, vai vetar a bimestralidade, se a Câmara referendá-la. Muitos parlamentares inclusive votam assim sempre, irresponsavelmente, porque sabem que o presidente da República não vai deixar o desastre acontecer.